



UFMG-UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FAE - FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO  
DESENVOLVIMENTO DA ROTINA ESCOLAR**

Belo Horizonte

2011

REBECA BERCKMANS MARQUES TOLEDO LANA

**A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO  
DESENVOLVIMENTO DA ROTINA ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Aline Gabriele Pereira

Belo Horizonte

2011

**REBECA BERCKMANS MARQUES TOLEDO LANA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

---

Prof<sup>a</sup> Aline Gabriele Pereira

---

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, 03 de Dezembro de 2011.

## RESUMO

Com este trabalho acadêmico, pretende-se discutir questões referentes à obrigatoriedade na elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) na Escola, explicitar e compreender o significado deste e qual sua importância para a escola. Para realizar este trabalho acadêmico foi feita uma pesquisa bibliográfica baseada em autores que contribuíram para a fundamentação teórica, relacionada ao relato de experiência vivenciado na elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dona Chiquinha, situada no município de Mercês, Minas Gerais. Este estudo será dividido em três capítulos distribuídos da seguinte forma: No primeiro discutir-se-á o Projeto Político Pedagógico, sua finalidade e importância nas escolas; o segundo capítulo irá abordar os avanços e impasses na participação pedagógica e social, necessária à elaboração de um PPP representativo; por fim, será relatada a experiência de elaboração de um PPP da Escola Municipal Dona Chiquinha.

**Palavras-chave:** Projeto Político Pedagógico; Gestão Democrática.

## SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	05
2 – O QUE É O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA E A SUA FINALIDADE	06
3 – O PPP E A PARTICIPAÇÃO PEDAGÓGICA E SOCIAL NA SUA ELABORAÇÃO, AVANÇOS E IMPASSES	08
3.1 Um breve olhar sobre a escola	09
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	11
5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	12
6 – ANEXO: PPP da Escola Municipal Dona Chiquinha	14

## 1 - INTRODUÇÃO

Com este trabalho acadêmico, pretende-se discutir questões referentes à obrigatoriedade na elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) na Escola, explicitar e compreender o significado deste e qual sua importância para a escola. Sendo o Projeto Político Pedagógico uma ação intencional, resultado de um trabalho coletivo, que busca metas comuns que intervenham na realidade escolar, pode-se compreender, porém, que sua elaboração é fruto direto das Leis que são impostas pelos organismos governamentais vigentes, tal como aparece na LDB 9.394/96, que diz que todas as instituições educacionais precisam elaborar e executar sua proposta pedagógica com uma gestão democrática.

Conforme Azevedo:

É, principalmente, no bojo dessas medidas que o poder central, durante os de Fernando Henrique Cardoso, procurou estimular a escola para a criação do seu Projeto Pedagógico. Entretanto, tais estímulos deixaram de considerar um conjunto de aspectos peculiares à cultura e às relações sociais brasileiras, numa perspectiva linear e unívoca de leitura da realidade e, por conseguinte, sem levar em conta suas múltiplas determinações. (AZEVEDO, s.d., p.1).

O Projeto Político Pedagógico precisa de objetivos claros que inovem quanto à formação do cidadão, para a sua inclusão social e Pedagógica no sentido de definir quais as ações educativas são necessárias para que a escola consiga cumprir seus propósitos, mas de forma democrática.

O PPP traduz as metas que foram definidas para nortear todos os trabalhos pedagógicos da escola, ajudando a gerenciar esses trabalhos a fim de se conquistar as metas estipuladas anteriormente, por isso esta análise crítica tem o objetivo geral de analisar como se dá a construção do Projeto Político Pedagógico da Escola, se é por imposição ou envolvimento real de todas as partes envolvidas no processo.

Para realizar este trabalho acadêmico será feita uma pesquisa bibliográfica baseada em autores que contribuíram para a fundamentação teórica, relacionada ao relato de experiência vivenciado na elaboração do Projeto Político Pedagógico realizada na Escola Municipal Dona Chiquinha situada na cidade de Mercês – MG. Atualmente a escola oferece Educação Básica: Ensino fundamental de nove anos (1º ao 5º ano), optando nesta modalidade pelo regime seriado com progressão regular, atendendo aproximadamente 210 alunos em dois turnos (manhã e tarde).

Este estudo será dividido em três capítulos distribuídos da seguinte forma: No primeiro discutir-se-á o Projeto Político Pedagógico, sua finalidade e importância nas escolas; no segundo capítulo irá abordar os avanços e impasses na participação pedagógica e social, necessária à elaboração de um PPP representativo; por fim, será relatada a experiência de elaboração de um PPP da Escola Municipal Dona Chiquinha, no município de Mercês, Minas Gerais.

## **2 – O QUE É O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA E A SUA FINALIDADE**

O PPP deve ser concebido com o intuito de se evitar o imprevisto, a perda de tempo dentre outros fatores inerentes ao universo escolar. Com o planejamentos pretende-se alcançar resultados mais proeficientes.

Para Azevedo (s. d.), a discussão sobre a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) nas escolas é um tema cada vez mais freqüente, pela importância deste documento como compromisso coletivo da comunidade escolar que busca a excelência no ensino, em um cenário de gestão democrática. A compreensão de que a escola possui identidade própria, que se constitui sob a influência da sua realidade local, faz com que o PPP seja uma busca de autoconhecimento da realidade e seu contexto. Planejá-lo requer encontrar no coletivo da escola respostas a uma série de perguntas.

O PPP de qualquer escola está previsto nas orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96 artigo 12, da Constituição Brasileira, e do disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) com a Resolução SEE nº 1086, de 16 de Abril de 2008. O PPP é um plano com estratégias que irão melhorar a qualidade do ensino em prol da clientela que a escola atende, visando a sociedade como um todo como referenda a LDB.

Demo (1998), assim se refere a essa questão:

Nesse sentido, consideramos que o Projeto Político-Pedagógico prevê todas as atividades da escola, do pedagógico ao administrativo, devendo ser uma das metas do Projeto construir uma escola democrática, capaz de contemplar vontades da comunidade na qual ele surge tanto na sua elaboração quanto na sua operacionalização, desde professores e técnicos. Existindo projeto pedagógico próprio, torna-se bem mais fácil planejar o ano letivo, ou rever e aperfeiçoar a oferta curricular, aprimorar expediente avaliativo, demonstrando a capacidade de evolução positiva

crescente. É possível lançar desafios estratégicos, como: diminuir a repetência, introduzir índices crescentes de melhoria qualitativa experimentar didáticas alternativas, atingir posição de excelência. (DEMO,1998, p. 248)

Dessa forma, pensamos que o Projeto Político Pedagógico de uma escola deve acontecer através do trabalho coletivo, da direção da escola, de toda equipe pedagógica, demais funcionários e representantes de pais e alunos. Dessa forma o sucesso da escola estará diretamente ligado ao envolvimento entre as partes públicas e pedagógicas deste processo, e é na discussão entre os participantes que o projeto irá crescer e ser permanente no cotidiano escolar. Como afirma Azevedo (s. d.):

Neste sentido, qualquer medida de gestão, o que inclui as tentativas de construção coletiva do PPP, não pode apenas levar em conta, ingenuamente, a existência de uma lógica institucional única e sim procurar detectar os processos que subjazem às tramas do cotidiano escolar. Os conflitos e lutas pelo poder, os meios de resistência, as alianças, os valores, as normas, os modelos de aprendizagem, as atitudes do professor, as relações entre as pessoas, a participação dos pais e dos alunos e o modo como esses atores escolares se comunicam são aspectos que vão influenciar, com vigor, o tipo de PPP que será elaborado e os rumos que irá seguir no processo de sua implementação. (AZEVEDO, s. d., p.5)

Com o envolvimento da comunidade, a escola deixa de ser um órgão simplesmente um órgão estatal, para se tornar público, no qual cada decisão tomada deve ser tanto política quanto pedagógica. Dessa forma o vínculo entre a família e a escola deve ser permanente, podendo surgir alguma resistência às mudanças e necessidade de se promover ajustes, mas é nessa discussão coletiva que iremos superar os conflitos e determinar as possibilidades e limites para execução do projeto. (PARO,1999).

Deste modo evidencia-se que a finalidade principal do PPP é a de construir uma escola democrática, sendo assim fica claro que a busca da qualidade na educação representa o desejo de prestar um serviço eficiente, no sentido de contribuir na formação de cidadãos conscientes capazes de compreender a sociedade em que vivem e de transformá-la. (FONSECA, 2001).



### **3 – O PPP E A PARTICIPAÇÃO PEDAGÓGICA E SOCIAL NA SUA ELABORAÇÃO, AVANÇOS E IMPASSES**

Para elaborar o PPP de maneira coletiva e democrática, a equipe gestora da Escola Municipal Dona Chiquinha organizou vários momentos de participação de todos os autores do cotidiano escolar. Mas, em todas essas ocasiões, existia um forte estado de desânimo dos professores com a falta de envolvimento dos alunos e seus familiares.

Diante da situação, as reuniões para debates e definições das ações representaram um dos maiores desafios já enfrentados pela gestão da escola. A maioria das falas dos funcionários que nela atuam, deixavam transparecer o clima de desconfiança e descrédito – várias reuniões aconteceram em anos anteriores sobre o mesmo tema e as ações eram iniciadas e depois abandonadas. A rotatividade dos servidores, principalmente dos professores e a falta de um momento adequado e uma linha de trabalho eram as principais causas da inquietação do grupo com mais tempo de trabalho.

O PPP é justamente a forma de enfrentar a situação que se apresenta, visando sua transformação. Muitos se esquecem de que planejar o desenvolvimento da escola é condição imprescindível para que as perspectivas que se tem sejam traçadas, visando intervenções responsáveis e conscientes em benefício da coletividade. (GONÇALVES; ABDULMASSIH, 2001)

A elaboração de um PPP demanda tempo para leitura, e diversas reuniões em que se discutirão todas as idéias para sua concepção. A elaboração coletiva do PPP com seu contínuo processo de construção, avaliação, reflexão e modificação, nos mostra outra propriedade que não é apenas documental e burocrática, exigindo dos dirigentes escolares medidas que sensibilizem toda comunidade escolar, quanto à necessidade de sua elaboração.

Porém nem sempre essa mobilização nem sempre acontece na prática como argumenta Vasconcelos (2006, p.38), “lamentavelmente, muitos dirigentes queimam esta etapa, simplesmente comunicam aos professores e à comunidade que tem que fazer o tal do PPP, pois a lei exige ou a mantenedora está a cobrar, e partem logo para sua elaboração”.

Este trabalho coletivo não é tarefa fácil, grupos heterogêneos, possuem idéias e valores diferenciados o que acaba gerando conflitos e confusões e precisam

entender que mais do que cumprir a lei a elaboração coletiva de um PPP garante a escola autonomia, transformando-a em um espaço público. Para Filipouski, Marchi e Schäffer (2005) o cuidado precisa ser permanente com o compromisso de todos os envolvidos, os quais, se tornam co-responsáveis por sua implementação e acompanhamento, superando assim de forma positiva toda a mudança gerada por sua estruturação.

Um PPP elaborado a partir da contribuição da comunidade escolar constitui instrumento de prática coletiva, comprometida com a orientação de conjunto, fazendo com que haja compromisso das pessoas que integram esse processo educativo.

### **3.1 Um breve olhar sobre a escola**

A Escola Municipal Dona Chiquinha situada em Mercês – MG. Foi criada como Escola Estadual pelo decreto nº 7433 de 28 de fevereiro de 1964 e instalada no dia 1º de Outubro de 1965, sendo governador do estado o Dr. Magalhães Pinto. Tem este nome em homenagem à professora Francisca Gaede de Albuquerque, conhecida e chamada carinhosamente de “Dona Chiquinha”, que foi eminente educadora e primeira diretora da Escola estadual Sena Figueiredo de Mercês-MG.

A escola funciona em prédio próprio com dois pavilhões. O primeiro pavilhão é constituído de cinco salas de aula equipadas com carteiras e cadeiras individuais, mesa e cadeira para o professor, quadro de giz, mural multiuso pedagógico, armário de aço e ventilador. O segundo é constituído de biblioteca, diretoria, secretaria com dois computadores com acesso à internet e um note book para trabalhos do diretor, sala de professores e um banheiro de uso exclusivo dos funcionários; sanitário feminino com quatro divisórias e um masculino com duas divisórias e um mictório; refeitório, cantina, uma sala de aula; área pavimentada para atividades de recreação.

Com isto, a instituição escolar compõem-se ao todo de 30 funcionários, sendo 10 professores regentes, 2 professores recuperadores, 2 professores eventuais, 2 bibliotecárias, 1 supervisora, 1 orientadora, 3 secretárias, 1 diretor e 8 serviçais. A escola ainda conta com o apoio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), trabalho este em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e as

famílias, oferecendo especialistas como psicóloga e fonoaudióloga, bem como assistente social nos casos de evasão escolar ou falta de estrutura familiar.

A execução do projeto da escola está prevista nas orientações da LDB 9.394/96:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III – zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996)

Vale lembrar que a elaboração de um PPP tem o objetivo puramente documental por exigência das leis vigentes; são as finalidades da escola que poderão mudar esse quadro, transformando o PPP em um planejamento eficiente com o objetivo de tornar a escola de hoje diferente da escola de ontem. Para isso toda a comunidade escolar precisa ter consciência de que um PPP pode inovar a escola que já temos.

A Escola Municipal Dona Chiquinha não tinha um PPP sistematizado como documento. A cobrança da Secretaria Municipal e a necessidade de buscar uma identidade levou a equipe diretiva a buscar em seus arquivos, dados sobre a escola. Foram descobertos dois documentos distintos e a junção e atualização destes documentos definiram a elaboração do PPP da escola a partir da seguinte pergunta: Que escola queremos construir? Assim a equipe diretiva sentiu a necessidade de definir os objetivos e traçar as metas visando à organização da escola.

Para operacionalizar as atividades, adotou-se uma metodologia problematizadora, baseada na elaboração de respostas para perguntas que procuravam verificar as causas dos problemas do cotidiano escolar, também estabeleceu-se uma avaliação da prática da escola em todas as suas dimensões.

Participaram representantes de todos os segmentos da escola. O trabalho foi realizado individualmente e em grupos, com uma síntese e plenário, para visualização geral das respostas. Nesse momento foram identificados comportamentos distintos entre as pessoas que respondiam à avaliação; verificaram-se interpretações distintas das questões pois, alguns não identificavam as necessidades da escola como um todo, e outros temiam que as necessidades apontadas fossem alienadas. Como lembra Vasconcellos (2006, p.31): “Um dos grandes desafios é localizar bem as necessidades.” Todos os dados das respostas dadas foram tabulados, para posterior discussão em plenário, quando cada participante pôde defender o seu ponto de vista.

Sabemos que a reflexão sobre a organização da escola não é algo pronto e acabado, mas produto de relações e práticas sociais. A escola precisou ter flexibilidade e diversificação de estratégias, para conseguir atrair a comunidade para a construção do PPP e apesar das dificuldades o saldo foi positivo.

A Escola Municipal Dona Chiquinha tem por finalidade construir valores e conhecimentos que instrumentalizem o aluno para atuar crítica e participativamente na construção de uma sociedade mais justa e com pleno exercício da cidadania, considerando a própria existência do indivíduo e da comunidade em que está inserido.

#### **4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho acadêmico se justifica por considerar que somente leis não asseguram autonomia e gestão democrática, peças-chave para construção participativa do PPP, pois esta realmente acontece quando toda a escola e comunidade se comprometem para sua construção.

A Escola Municipal Dona Chiquinha tem buscado ao longo do seu funcionamento, implantar gradativamente um trabalho de qualidade, o que requer a participação coletiva e ações coordenadas, que envolvam todos os segmentos da comunidade escolar. Como afirma Moacir Gadotti (1997)

[...]A crise paradigmática também atinge a escola e ela se pergunta sobre si mesma, sobre seu papel como instituição numa sociedade pós-moderna e pós-industrial, caracterizada pela globalização da economia e das comunicações, pelo pluralismo político, pela emergência do poder local. Nessa sociedade cresce a reivindicação pela autonomia contra toda forma

de uniformização e o desejo de afirmação da singularidade de cada região, de cada língua etc... (GADOTTI, 1997, p.56).

Devemos pensar a escola como um dos espaços sociais e parte integrante de uma totalidade que é dinâmica. A reflexão sobre a organização da escola não é algo acabado, mas um produto de relações sociais e sua prática (GADOTTI, 1997).

Neste sentido a E.M. Dona Chiquinha precisou ter flexibilidade e diversificação de estratégias, para atrair a comunidade para a participação efetiva na construção do seu PPP. Ao desenvolver essas ações encontros e desencontros aconteceram, pois a dinâmica escolar não permite nem possibilita encontros com a frequência necessária, o que torna o encaminhamento das ações ainda mais difícil. Existe a consciência de que o PPP não está totalmente acabado, já se percebe a necessidade de rever todo o trabalho pedagógico com relação ao processo de avaliação e de recuperação da aprendizagem.

A relevância de um PPP para a comunidade escolar consiste no planejamento que, procura evitar que dentro do contexto escolar não se haja imprevisto, com total perda de tempo tanto para os alunos quanto para os pais e professores. O PPP passa a ser o eixo que irá nortear todas as ações dentro da escola dando mais segurança, pois se escolhe através da participação coletiva as melhores estratégias para o trabalho.

## 5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Janete M.L. de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar.** Disponível em: [http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5-sala\\_planejamento\\_praticas\\_gestao\\_escolar/pdf/u1\\_saibamais1.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5-sala_planejamento_praticas_gestao_escolar/pdf/u1_saibamais1.pdf). Acesso em: 5 de Agosto de 2011

BARBIER, Jean. M. **Elaboração de projectos de ação e planificação.** Porto: Porto Editora, 1996.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo.** Rio de Janeiro: Paz eTerra, 1986.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação.** 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FILIPOUSKI, A. M.; MARCHI, D. M.;SCHÄFFER, N. O. (Org.). **Teorias e fazeres na escola em mudança**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, (2005).

FONSECA, Marília . **As dimensões do projeto político-pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José E. **Autonomia da Escola – Princípios e Propostas**. São Paulo: Cortez, 1977.

GONÇALVES, G.S.Q; ABDULMASSI, M.B.F. O projeto político : algumas considerações. Revista profissão docente (online), Uberaba, v.1, n.1, fev. 2001. Disponível em: <http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/viewFile/28/35>, acesso em 10/11/2011.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar – introdução crítica**. 8a . ed., São Paulo: Cortez, 1999.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: Do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**: São Paulo – SP, Libertad Editora, 2006.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da escola**: São Paulo- SP, Editora Papirus, 2007.

**6 – ANEXO: Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dona Chiquinha**

# **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**REBECA BERCKMANS MARQUES TOLEDO LANA  
ZENAIDE GABRIEL ALVINO**

**BELO HORIZONTE/**

**2011**





**REBECA BERCKMANS MARQUES TOLEDO LANA**  
**ZENAIDE GABRIEL ALVINO**

Projeto Político Pedagógico apresentado ao Curso de Especialização (Latu Sensu) em Gestão Escolar da Faculdade de Educação, Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Viviane Aparecida Rodrigues.

BELO HORIZONTE/

2011

## **SUMÁRIO**

1 – Introdução .....	4
2 – Finalidades da Escola .....	5
3 – Estrutura Organizacional .....	7
4 – Currículo .....	8
5 – Tempo Escolar.....	11
6 – Processos de Decisão .....	12
7 – Relações de Trabalho. ....	13
8 – Avaliação. ....	15
9 – Bibliografia .....	17

## 1 – INTRODUÇÃO

A Escola Municipal “Dona Chiquinha” situada em Mercês – MG foi criada como Escola Estadual pelo decreto nº 7433 de 28 de fevereiro de 1964 e instalada no dia 01 de outubro de 1965, sendo governador do Estado de Minas Gerais o Dr. José Magalhães Pinto. Tem este nome em homenagem à professora Francisca Gaede de Albuquerque, conhecida e chamada carinhosamente de “Dona Chiquinha” que foi eminentemente educadora e primeira diretora da Escola Estadual “Sena Figueiredo” de Mercês – MG.

Pela resolução nº 870/74 de 06 de outubro de 1974, recebeu a denominação de Escola Estadual “Dona Chiquinha”. No que se refere aos artigos 10 e 11 da Lei Federal nº 9394, de 23 de dezembro de 1996, no artigo 31 da resolução CEE nº 306 de 19 de janeiro de 1984; no parecer nº 838 de 08 de janeiro de 1994, ocorreu a municipalização da Escola Estadual “Dona Chiquinha” de Ensino Fundamental de 1ª à 4ª série, que passou a denominar-se Escola Municipal “Dona Chiquinha”, de Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, localizada à Rua Nossa Senhora da Assunção, S/N, no município de Mercês – MG.

Atualmente a escola oferece a Educação Básica: Ensino Fundamental de 09 anos (1º ao 5º ano), optando nesta modalidade pelo Regime seriado com progressão regular, atendendo aproximadamente 210 alunos em dois turnos (manhã e tarde). Vale ressaltar, que em cada turno funcionam turmas do 1º ao 5º ano e uma sala de reforço.

Com isto, a instituição escolar compõem-se ao todo de 30 funcionários, sendo 10 professores regentes, 2 professores recuperadores, 2 professores eventuais, 2 bibliotecárias, 1 supervisora, 1 orientadora, 3 secretárias, 1 diretor e 8 serviçais. A escola ainda conta com o apoio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), trabalho este em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e as famílias, oferecendo especialistas como psicóloga e fonoaudióloga, bem como assistente social nos casos de evasão escolar ou falta de estrutura familiar.

A execução do projeto da escola está prevista nas orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, da Constituição Brasileira, do Estatuto da Criança e do Adolescente e do disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) com, a Resolução SEE nº 1086, de 16 de abril de 2008, Decreto Municipal 006/2004.

Neste sentido, elaborar um projeto político pedagógico significa diagnosticar os problemas existentes com o intuito de definir metas e possíveis soluções que precisam ser tomadas para alcançá-las, definidos pelas instâncias de participação democrática.

Assim, conforme dito por Oliveira (2005),

[...] o PPP deve ser visto como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola. (OLIVEIRA, 2005, p.2)

Dessa forma, pensamos que o PPP de uma escola depende do trabalho coletivo, estando diretamente ligado à sua elaboração, ao diretor escolar e à equipe pedagógica com a participação coletiva de todo o membro da escola que dele participe como professores, funcionários, pais, alunos representantes e conselho escolar. Tudo isso, torna-se eficiente com o único objetivo que é tornar a escola de amanhã diferente da de hoje. E para isto, precisamos ter a consciência clara de um projeto inovador que valorize a escola que temos.

Com o envolvimento da comunidade, a escola deixa de ser um órgão simplesmente estatal para se tornar público, no qual cada decisão tomada deve ser política e pedagógica. Desta forma, para o sucesso da escola, o vínculo entre família e escola em proveito da educação tem de ser permanente, podendo surgir alguma resistência às mudanças e necessidade de promover ajustes, mas é na discussão coletiva dos participantes do processo escolar, que iremos superar conflitos e determinar possibilidades e limites para a execução do projeto.

## **2 – FINALIDADES DA ESCOLA**

A Escola Municipal “Dona Chiquinha” tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável e fornecer-lhe meios para sua progressão e qualificação no trabalho e em estudos posteriores, inspirados nos princípios de liberdade, nos ideais de solidariedade humana, no pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania.

Sendo assim, conforme estabelece o artigo 32 da lei de diretrizes e base da educação nacional,

O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (LEI nº 9.394, 1996)

Todavia, sabemos que a sociedade brasileira vem enfrentando desigualdades nos aspectos sociais, econômicos e culturais, e com isto, muitos nunca tiveram acesso a uma escola, vítimas das transformações políticas e econômicas que vem ocorrendo em nossa sociedade contemporânea e, assim, buscam conquistar e manter seus direitos perante a sociedade.

Na perspectiva da garantia de igualdade, a instituição assume o papel indispensável no processo educativo, no intuito de propiciar situações ao pleno desenvolvimento do aluno com valores éticos e culturais tornando-se cada vez mais um cidadão livre e consciente e para que possa conviver bem em sociedade.

Dessa forma, o que fazer para que a educação de qualidade chegue a todos os brasileiros, independentemente do contexto social a que pertençam? Qual o papel da escola na vida humana? O que temos feito para promover o desenvolvimento integral de cada indivíduo?

Nessa perspectiva, do ponto de vista da garantia igualdade, e no intuito de propiciar situações ao pleno desenvolvimento do aluno com padrões morais e éticos para que possa conviver bem em sociedade, tornando-se cada vez mais um cidadão livre e responsável a relação professor-aluno e aluno-aluno assumem papel indispensável no processo educativo.

Está é a verdadeira preocupação da escola, que busca construir valores e conhecimentos que instrumentalizem o aluno para atuar crítica e participativamente na construção de uma sociedade mais justa e com o pleno exercício da cidadania, considerando a própria existência do indivíduo e da comunidade na qual está inserido.

### **3 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

A Escola Municipal “Dona Chiquinha” tem seu trabalho pedagógico organizado de forma coletiva, direcionada e contextualizada.

Atualmente, oferece a Educação Básica: Ensino Fundamental de 09 anos (1º ao 5º ano), optando nesta modalidade pelo regime seriado com progressão regular. Atende aproximadamente 210 alunos em 2 turnos (manhã e tarde), funcionando em cada turno turmas do 1º ao 5º ano e uma sala destinada as atividades de recuperação paralela.

Para tanto, as turmas são organizadas com no mínimo 17 alunos e no máximo 25 (vinte) alunos o que permite ao professor acompanhar adequadamente o desenvolvimento de cada educando.

São ao todo 30 (trinta) funcionários, sendo 10 (dez) professores regentes, 2 (dois) professores recuperadores, 2 (dois) professores eventuais, 2 (duas) bibliotecárias, 1 supervisora, 1 orientadora, 3 (três) secretárias, 1 (um) diretor e 8 (oito) serviçais.

Além disto, a escola funciona em prédio próprio com 2 pavilhões. O primeiro pavilhão é constituído de 5 (cinco) salas de aula equipadas com carteiras e cadeiras individuais, mesa e cadeira para professor, quadro de giz, mural multiuso pedagógico, armário de aço e ventilador e o segundo é constituído de biblioteca, diretoria, secretaria com 2 (dois) computadores com acesso à internet e um notebook para trabalhos do diretor, sala de professores e um banheiro de uso exclusivo aos funcionários; sanitário feminino com 4(quatro) divisórias, um masculino com 2(duas) divisórias e um mictório; refeitório, cantina, uma sala de aula; área pavimentada para atividades de recreação.

Além disso, a escola possui 02 (dois) aparelhos de DVD e 2(dois) televisores. Quanto ao acervo bibliotecário, estamos renovando-o através do Ministério da Educação, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), acervos formados por obras pedagógicas complementares aos livros didáticos, para uso em sala de aula dos alunos do 1º e 2º anos e acervo literário para atendimento aos alunos do 1º ao 5º anos.

Atualmente, aguardamos recursos do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), verba esta que pretendemos aumentar ainda mais o acervo que se encontra

bem escasso e ampliação de salas proporcionando maior conforto às crianças além de melhorar a socialização das turmas com espaço satisfatório.

No que se refere à organização financeira, a unidade mantenedora desta escola é a Prefeitura Municipal, sendo que a escola é unidade executora, pois, recebe recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), verba esta depositada anualmente, e supre precariamente as carências desta instituição, na parte pedagógica e melhoria de equipamentos necessários para o funcionamento da escola.

No que se refere à parte pedagógica, prioriza-se o trabalho coletivo a partir de reuniões quinzenais para elaboração do planejamento e de projetos, aproveitando o momento do encontro para fazermos uma reflexão e avaliação dos trabalhos desenvolvidos como também a troca de experiências visando a participação de todos os envolvidos no processo educacional.

Para uma maior organização a escola conta com o apoio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), trabalho este em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e com as famílias, oferecendo especialistas como psicóloga e fonoaudióloga como também assistente social nos casos de evasão escolar ou falta de estrutura familiar.

#### **4 – CURRÍCULO**

A proposta curricular da escola leva em consideração a concepção do educando e da sociedade que se quer formar, assegurando o tratamento interdisciplinar e contextualizado dos conteúdos, sendo cada tópico de ensino-aprendizagem analisado nas suas relações com as necessidades de cada aluno.

Neste sentido, a organização do trabalho escolar, a postura de educadores e a forma de organização dos conteúdos, além de conhecimentos, experiências e habilidades inerentes às matérias fixadas na Base Nacional Comum, devem considerar uma parte diversificada, de acordo com a realidade da escola. Em outras palavras, assegurar o tratamento interdisciplinar e contextualizado dos conteúdos, sendo cada tópico analisado nas suas relações com as questões sociais e econômicas do contexto passado e vigente, permitindo ligação de alguma forma ao dia-a-dia do aluno e a outros conteúdos. Para tanto, serão utilizados outras metodologias, a critério dos professores, tais como ressignificação dos

conteúdos, investigação, trabalhos individuais, trabalhos em grupo e projetos interdisciplinares.

Um dos trabalhos desenvolvidos na parte diversificada em literatura infantojuvenil está direcionado ao projeto de leitura desenvolvido através da “Hora do Conto”. Este projeto é realizado quinzenalmente onde cada professor realiza juntamente com seus alunos dramatizações voltadas para obras literárias explorando suas essências de forma prazerosa, criativa e similar tendo como finalidade despertar o gosto pela leitura e pelas artes.

Diante de várias situações-problemas e datas comemorativas, a escola buscará meios de discutir e refletir o trabalho com projetos onde trará uma nova perspectiva para entendermos o processo de ensino e aprendizagem.

Ao participar de um projeto, o aluno estará envolvido em uma experiência educativa em que o processo de construção de conhecimento estará integrado às práticas educacionais a serem trabalhadas ao longo do ano letivo. Já é prática da escola elaborar como objetivo prioritário, uma forma de diagnosticar os problemas provenientes do processo de aprendizagem, criando assim um plano emergencial, realizado com todos os professores e séries e, conseqüentemente, serão assessorados pelo corpo administrativo e pedagógico da escola.

Portanto, para alcançar o êxito necessário à aprendizagem, o currículo precisa de vivência, realidade e observar “as necessidades” dessa nova geração.

Ademais, a produção de conhecimento nas proposições curriculares, no âmbito escolar; levará em consideração os Temas Transversais que serão contemplados em todas as disciplinas através de projetos. A preparação para o trabalho – desenvolver-se-á integrada aos conteúdos da Base Nacional Comum e da parte Diversificada, como elemento de formação integral do aluno; a História, Cultura Afro-brasileira e Povos Indígenas Brasileiros em que os conteúdos serão ministrados no âmbito de todo o currículo, em especial nas disciplinas de Língua Portuguesa, História e Artes.

O conteúdo de Ensino Religioso está voltado para a prática de valores éticos ressaltando o respeito a si próprio e ao outro.

A escola integra em seu espaço escolar, a inclusão de alunos com necessidades Educacionais, tendo como princípios norteadores a Lei de Diretrizes e Base Nacionais (Lei nº 9394/96). Neste sentido, encontra-se em andamento a sala de Recursos Multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE),



constituída de equipamentos de informática, mobiliários e materiais didáticos pedagógicos, oferecido através do Ministério da Educação por intermédio da Secretaria de Educação Especial – SEESP.

O professor da sala de atendimento educacional especializado deverá ter curso de graduação, pós-graduação e /ou formação continuada que o habilite para atuar em área de educação especial para atendimento às necessidades especiais dos alunos, pois de acordo com sua área específica, o professor deverá desenvolver conhecimentos acerca de comunicação aumentativa e alternativa, sistema Braille, orientação e mobilidade, Ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, atividades de vida diária, atividades cognitivas, aprofundamento e enriquecimento curricular, estimulação precoce, entre outros.

Sendo assim a escola busca atender, aceitar e respeitar as diferenças, ampliando as condições de participação e aprendizagem dos alunos, público-alvo da educação especial, garantindo o acesso e a permanência desses alunos em nossa escola.

Quanto aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, a escola oferece a recuperação paralela, com o monitoramento no contraturno às aulas, através do professor recuperador ofertado três vezes por semana com duração de duas horas, priorizando as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Portanto, no decorrer do ano letivo, o aluno que não atingir os 50% de aproveitamento será pleiteado à recuperação final, sendo eliminada toda a sua pontuação anual e validada a média final através de uma avaliação global no valor de 100 pontos.

Contudo, a escola, inspirada nos princípios de liberdade e solidariedade humana, busca proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades e preparação para o exercício de cidadania, tendo em vista atender alunos, pais e comunidade escolar, visando uma integração social, humanitária e igualitária.

## **5 – TEMPO ESCOLAR**

A escola busca atender as particularidades de sua comunidade escolar através de dois turnos com um tempo de quatro horas e vinte minutos (4h 20 min) para cada um diariamente, num total de vinte e uma horas e quarenta minutos (21h 40 min.) semanais com o aluno, perfazendo um total de oitocentos e vinte horas

(820 horas) anuais. Sendo quinze minutos (15 min) de intervalo, destinados à merenda escolar, às necessidades individuais de higiene e recreação e o restante da carga horária é destinado à formação dos alunos através dos conteúdos do núcleo comum.

Quanto ao professor e demais funcionários perfazem um total de vinte e cinco horas (25 horas) semanais, sendo o tempo adicional destinado a reuniões pedagógicas quinzenalmente, visando à qualificação profissional do corpo docente, contando com o apoio do gestor, supervisor e orientador.

Neste sentido, organizar bem o tempo, planejar de acordo com as necessidades de cada aluno e promover um ambiente de cooperação são questões essenciais para o sucesso do professor que aproveita o horário de trabalho pedagógico coletivo para compartilhar ideias, articular conteúdos, planejar projetos em grupos e pensar em diferentes estratégias e materiais para utilizar em sala de aula, medidas indispensáveis para construir uma escola de qualidade.

Além disto, a escola conta com o envolvimento e disposição de outros segmentos da sociedade no processo de ensino aprendizagem dos alunos, como por exemplo, a interlocução contínua com as famílias e todo segmento escolar, além das aulas de recuperação paralela oferecidas às crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem no contra turno ao horário de aula as quais são ministradas por professores habilitados.

Na recuperação paralela as aulas são preparadas no contexto em que as necessidades dos alunos são apresentadas dentro da metodologia estabelecida pelo currículo.

## **6 – PROCESSOS DE DECISÃO**

A administração da Escola Municipal “Dona Chiquinha” é composta pela diretoria, professores, colegiado, conselho deliberativo, alunos, as famílias e comunidade escolar, secretaria, supervisão e Secretaria Municipal de Educação e Cultura com base nos dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Neste sentido, para tomada de decisões, haverá reuniões bimestrais e quantas se fizerem necessárias, de cunho administrativo, financeiro e pedagógico envolvendo todo segmento escolar para discussão e formulações de medidas mais efetivas na melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Nas reuniões são abordadas questões de planejamento, interação com o grupo, entrega de resultados de avaliações bimestrais, prestações de contas e questões de relevante interesse no dia a dia escolar para o bom funcionamento da escola, visando participação ativa no processo de decisão e fortalecendo as relações interpessoais no espaço escolar, requisito essencial para uma gestão democrática.

A escola conta com o apoio do colegiado para definir as prioridades e alternativas e na sua construção coletiva procura trabalhar os conflitos e os desafios que encontram no desenvolvimento da educação escolar.

A escolha dos membros do colegiado da Escola Municipal “Dona Chiquinha” tem base legal no capítulo 2 e art. 16 a 30 do Regimento Escolar, aprovado em 09/09/2008, registro nº. 412, livro 01, página 31 da 3ª Superintendência Regional de Ensino (SRE) / MG.

O Conselho escolar é um colegiado com membros de todos os segmentos da comunidade escolar com a função de gerir coletivamente a escola, dentro dos princípios de democracia, discutir politicamente os problemas reais da escola. De cunho deliberativo, consultivo, normativo e fiscalizador. É composto por representantes e seus respectivos suplentes: presidente (diretor), secretário, tesoureiro, três conselheiros (pais de alunos), professores e auxiliares de serviços escolares.

De acordo com Abranches (2003), o conselho pode ser caracterizado como um órgão de decisões coletivas, capaz de superar a prática do individualismo e do grupismo. O autor acrescenta ainda que se o conselho for realmente formado por todos os componentes, ele deve alterar progressivamente a natureza da gestão da escola e da educação, pois deverá intervir positivamente na qualidade dos serviços prestados pela escola.

## **7 – RELAÇÕES DE TRABALHO**

A Escola Municipal “Dona Chiquinha” busca oferecer em seu espaço, uma interação constante entre os segmentos do cotidiano escolar, favorecendo o diálogo e a colaboração para o clima de amizade, confiança e respeito, destacando o comportamento ético que promova a vivência nos trabalhos coletivos.

Para tanto, contamos com a participação dos professores, demais funcionários e alunos, priorizando a participação de pais, criando um vínculo de cooperação, respeito às diferenças e o cuidado com o outro.

As reuniões são planejadas pela administração escolar no intuito de proporcionar:

- a) reuniões pedagógicas bimestrais para elaboração do planejamento;
- b) reuniões pedagógicas quinzenais visando maior interação e troca de experiências, inclusive, intervenções que colaborem para que todos os alunos avancem em relação ao conteúdo tratado.
- c) conselhos de classe com a direção, professores e pedagogos realizados por bimestre para verificação de aproveitamento de ensino; O conselho de classe tem como objetivo avaliar as dificuldades e apontar soluções para alunos e a turma que necessitam de atendimento diferenciado.
- d) reuniões administrativas semestrais junto ao executivo para sanar problemas da Rede de Educação Municipal no que se refere à parte administrativa e a financeira da escola, como aquisição de materiais e equipamentos necessários para manutenção do prédio escolar.
- e) reuniões bimestrais e quantas se fizerem necessárias com pais, tendo em vista o desenvolvimento dos alunos onde são discutidas melhorias na qualidade do ensino apresentados em tabelas e gráficos por disciplinas visando maior participação e interação dos mesmos no processo educacional.
- f) comunicado aos pais sobre decisões ou mudança no calendário escolar; festividades, dentre outros;
- g) Reuniões bimestrais para entrega dos boletins escolares com a presença da diretora, participação de pedagogos, professores e pais com a finalidade de apresentar assuntos referentes ao desempenho escolar dos alunos.
- h) Redefinir e organizar o currículo escolar a partir de discussões embasadas nos Parâmetros Curriculares e realidade dos alunos;
- i) Proporcionar igualdade de oportunidade aos alunos com necessidades especiais para o acesso e permanência na escola;

j) Propiciar cursos de atualização e capacitação para funcionários e professores, com temas relacionados ao trabalho escolar e relação interpessoal;

Mediante as ações citadas, a gestão democrática na escola visa uma participação coletiva para que todos os envolvidos no processo possam juntos discutir, refletir e sanar parcialmente questões inerentes ao processo atual da educação municipal e ao desenvolvimento intelectual, social, moral e afetivo de nossos alunos e professores, para que possam atuar conjuntamente na relação aprender e ensinar com qualidade, desenvolvendo as habilidades de ambas as partes.

Nesse pressuposto, a escola busca realizar reuniões com professores, de acordo com o calendário escolar e com as necessidades apresentadas no âmbito das decisões coletivas, no intuito de consolidar ações que visem à melhoria da qualidade de ensino, na formação docente e na aprendizagem dos alunos.

Quanto à organização das atividades sociais e culturais na escola ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação e da Direção Escolar visando socialização e entrosamento entre todos os educadores, sendo realizadas periodicamente.

Contudo, o corpo docente e técnico-administrativo podem se aperfeiçoar com apoio da Secretaria Municipal de Educação em cursos para que possam se atualizar e principalmente rever sua prática pedagógica em conformidade com o disposto no calendário escolar.

A gestão escolar influencia esta relação através de projetos, oficinas, jogos, palestras, reuniões, festas etc, onde pais, alunos, professores e toda equipe escolar se reúnem e trabalham juntos em prol da melhoria da qualidade do ensino.

## **8 – AVALIAÇÃO**

Para a avaliação pedagógica do processo de ensino-aprendizagem da Escola Municipal “Dona Chiquinha”, a instituição tem como princípio a idéia de que a avaliação é um importante mecanismo para gestão escolar, uma vez que a escola busca identificar os avanços e dificuldades a serem sanadas.

Assim, conforme Souza (2010),

A avaliação da escola deve ser diferenciada da avaliação da aprendizagem dos alunos, mesmo que ambas estejam bastante relacionadas e sejam, inclusive interdependentes. Avaliação da aprendizagem [...] serve tanto para análise do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos quanto com parâmetro para avaliação do trabalho do professor. A análise das condições institucionais da escola pode ajudar, diversas vezes, inclusive a explicar os resultados da avaliação da aprendizagem e a avaliação da aprendizagem, por seu turno, é um importante referencial para a avaliação institucional. (SOUZA, 2005, p.32-38. 42 p).

Desta forma, utilizamos provas, trabalhos de pesquisa, lista de exercícios (individuais ou em grupo), entre outros como métodos avaliativos. Esta verificação diagnóstica deve avaliar os conteúdos e habilidades de forma contínua, clara e inteligível no intuito de verificar a aprendizagem, o aproveitamento e o desenvolvimento do educando no decorrer do ano letivo.

Torna-se possível, através dos resultados obtidos, diagnosticar o trabalho do professor, analisando sua metodologia e a partir destas constatações, tomarmos decisões sobre a continuidade do nosso trabalho sempre voltados para a excelência educacional.

Com isto, a escola segue conforme previsto no Regimento Escolar; o mínimo para aprovação de 50%, em que os conteúdos da Base Comum: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ciências, totalizam 100 pontos cumulativos. E assim, as médias bimestrais serão distribuídas: tanto para o 1º e o 2º bimestres – 20 (vinte) pontos; quanto para o 3º e o 4º bimestres- 30 (trinta) pontos; sendo que os conteúdos de Literatura Infante-juvenil, Artes, Ensino Religioso, Oficinas de Teatro e Educação Física são avaliados através de conceitos, assim distribuídos:

O – Ótimo;

B – Bom;

P – Progredindo.

Em relação aos indicadores de desempenho a situação de aprendizagem dos alunos é a seguinte: No ano de 2004 e 2005 os conceitos eram atribuídos apenas na parte diversificada. A partir do ano de 2006 passou a ser atribuídos em todos os conteúdos, (Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ciências e Ensino Religioso) apenas para o primeiro ano.

O correto é considerar a avaliação tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo onde a quantificação deve contar com a apreciação qualitativa dos resultados obtidos.

O que se verifica, numa avaliação contínua e cumulativa do trabalho escolar, é que as dificuldades específicas de aprendizagem, possibilitam à verificação: da adequação dos currículos ou da necessidade de sua reformulação; da validade dos recursos didáticos adotados; da necessidade de monitoramento específico na recuperação paralela e no decorrer do bimestre ou a recuperação final após o término do ano letivo e do ajustamento psicossocial do aluno.

Desta forma, os instrumentos de avaliação são adequações metodológicas e didáticas fundamentais para situar o aluno nas dificuldades de aprendizagem e conhecimento com os quais os professores poderão trabalhar e adotar métodos e técnicas de ensino e aprendizagem específicos para o aluno.

Para Libâneo (2004, p.253), a prática da avaliação pressupõe a relação entre professor, conhecimento e sujeito do conhecimento. Em outras palavras: a avaliação está vinculada ao que o professor considera conhecimento válido, útil, desejável e ao que o professor considera ser o processo de construção desse conhecimento. A perspectiva atual é a de considerar o aluno como construtor do seu próprio conhecimento e o professor como mediador e orientador desse processo.

Contudo, para acompanhar a viabilidade do mecanismo de avaliação na Escola Municipal “Dona Chiquinha”, a supervisão da escola busca acompanhar o trabalho dos docentes seja na sala de aula, seja no Conselho de Classe ou modulo II (reunião quinzenal); cujo propósito é orientar os professores e acompanhar todo processo de ensino-aprendizagem de nossos alunos.

## **9 – BIBLIOGRAFIA**

ABRANCHES, Mônica. **Espaço de participação da Comunidade**. São Paulo: Cortez, 2003.

AZEVEDO, Janete Maria Lins. **O PPP no contexto da gestão escolar**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em julho de 2010;

LIBÂNEO, José Carlos. **Concepções de Avaliação da Aprendizagem na escola**. (2004, p. 253).

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; **Propostas curriculares alternativas: limites e avanços**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em setembro de 2010;

NAVARRO, Ignez Pinto; **O sentido de qualidade na educação**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em setembro de 2010;

OLIVEIRA, João Ferreira de; **A construção coletiva do PPP da escola**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 15 de agosto de 2010;

PARO, Vitor Henrique. Participação da comunidade na gestão democrática da escola pública. In: **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2004. p.15 - 28.

SOUZA, Ângelo Ricardo. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em setembro de 2010;

SOUZA, Ângelo Ricardo. **Avaliação institucional: a avaliação da escola como instituição**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em setembro de 2010.